



Data: 18.06.2020

Titulo: Investigadores temem fim do portal Memórias de África e do Oriente

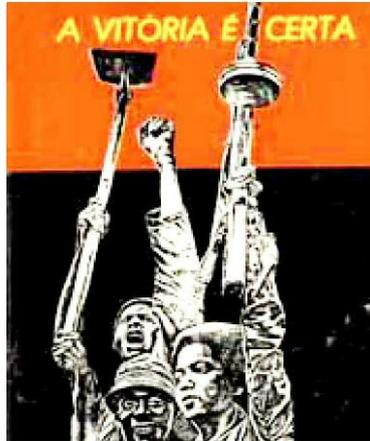
Pub:

QuickCom
comunicação integrada

Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Destaque

Pág: 1;28;29



Arquivo digital Investigadores temem fim do portal *Memórias de África e do Oriente*

Cultura, 28/29

Área: 1326cm² / 47%

Tiragem: 72.253

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6672728



Futuro incerto para o portal *Memórias de África e do Oriente*

Criado há 23 anos com o apoio da Fundação Portugal-África, esta base de dados que reúne centenas de milhares de documentos recolhidos em bibliotecas e arquivos de vários países lusófonos não é actualizada desde 2018

História Lucinda Canelas

O investimento de Portugal na área de conteúdos digitais de interesse cultural e histórico é medíocre quando comparado com o de outros Estados europeus e é por isso que o país não se pode dar ao luxo de perder o portal *Memórias de África e do Oriente*, que nos últimos 23 anos tem disponibilizado centenas de milhares de documentos e referências bibliográficas a todos os que se interessam pela história da expansão e dos antigos territórios coloniais portugueses.

É por este e por outros motivos que, constatando que o portal não é actualizado há já “muitos meses”, Pedro Aires Oliveira, professor da Universidade Nova de Lisboa e coordenador do seu Instituto de História Contemporânea, resolveu escrever à Fundação Portugal-África, que desde a primeira hora apoiou este projecto desenvolvido e mantido pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (conhecido por Cesa) da Universidade de Lisboa, manifestando a sua preocupação.

A carta que o classifica como uma “ferramenta de valor inestimável” é dirigida à presidente da Fundação Portugal-África, Celeste Hagatong, e assinada por 79 investigadores portugueses e estrangeiros, de países como Brasil, Moçambique, Angola, Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha. É nela que manifestam a sua “apreensão relativamente a uma pos-

sível descontinuidade” do apoio da instituição a este portal, que, dizem, tem vindo a disponibilizar “inúmeras colecções de difícil acesso, mesmo em arquivos e bibliotecas públicas”, revelando-se uma “iniciativa de enorme mérito no domínio da preservação e divulgação de um património fundamental para a construção da história de Portugal e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (e até da Índia)”.

“Portugal é muito deficitário na digitalização de fontes documentais, ficando muito atrás de outros países da União Europeia e é por isso que a possibilidade de ver este portal congelado, ou mesmo acabar, é para nós tão preocupante”, diz ao PÚBLICO Pedro Aires Oliveira, chamando a atenção para a “indefinição” em que está outra importante ferramenta informativa de grande utilidade para quem estuda o período colonial, o portal *Casa Comum*, da Fundação Mário Soares. “A maioria das instituições públicas no nosso país não tem recursos financeiros nem humanos para fazer uma digitalização sistemática dos seus fundos e portais como estes têm um papel fundamental na preservação da memória”, continua este académico, co-autor de *História da Expansão e do Império Português* (Esfera dos Livros, 2014).

Dez mil utilizadores por mês

De acordo com Joaquim Sousa Pinto, responsável técnico pelo *Memórias de África e do Oriente* há cerca de 20 anos, o portal não é actualizado desde 6 de Maio de 2018, dia em que este

professor da Universidade de Aveiro introduziu os últimos registos neste *site* que reúne milhares de páginas digitalizadas. Entre elas estão, por exemplo, as colecções do *Boletim da Agência Geral das Colónias/do Ultramar*, publicação de propaganda colonial que investigadores como Aires Oliveira e Cláudia Castelo, do Centro de Estudos Sociais da Universidade



Temos 6500 registos prontos a serem submetidos, contanto que possamos pagar a quem os preparou

Carlos Sangreman

Coordenador do projecto

de Coimbra, tanto têm consultado.

“Mesmo com o portal parado, sem coisas novas, continuou a ter uma média de dez mil utilizadores por mês em 2018 e 2019, um número que deverá descer ligeiramente este ano. Tem havido até um aumento de pedidos de investigadores brasileiros desde que o Museu Nacional do Rio de Janeiro ardeu”, precisa Joaquim Sousa Pinto, fazendo referência às estatísticas de consulta de que dispõe, via Google Analytics.

A um ritmo quase diário chegam pedidos de consulta à Biblioteca da Universidade de Aveiro que para ali foram direccionados pela navegação no portal que a Fundação Portugal-África criou em 1997, garante Carlos Sangreman, antigo professor da casa e hoje investigador do Cesa. Coordena o projecto há 20 anos e diz que o portal se mantém em funcionamento, mas, sem actualizações, está condenado à irrelevância.

“A fundação investiu cerca de meio milhão de euros neste projecto. Foi com esse dinheiro que foi feita, por exemplo, a formação de pessoal capaz de digitalizar e referenciar fundos nos arquivos e bibliotecas centrais de países como Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique... Mas desde que o dr. Mário Soares [presidente da fundação até 2017] morreu, parece que não há dinheiro nem vontade para dar continuidade ao projecto”, assegura este economista que se tem dedicado à investigação nas áreas da cooperação e dos estudos africanos.

Sangreman garante que o portal, instalado no servidor da Universidade de Aveiro, continuará activo e que responderá a todos os pedidos e dúvidas que lhe chegarem “dentro da medida do possível”, mas pede uma clarificação por parte da Fundação Portugal-África quanto ao futuro desta ferramenta.

“Quando procurei esclarecimentos junto da fundação, foi-me dito que o problema era financeiro, já que o rendimento do seu património era bastante fraco há já vários anos”, explica, lembrando em seguida que o portal teve, também, apoios pontuais de outras entidades como a Caixa Geral de Depósitos e o Instituto Camões.

Fonte da Fundação Portugal-África que preferiu não ser identificada reconheceu ao PÚBLICO que, além do problema financeiro, há também uma indefinição na própria estrutura. A actual presidente está à espera de ser substituída desde 2018, estando prevista para Julho uma assembleia geral de onde deverão sair os novos órgãos sociais.

“Serão os novos responsáveis a decidir o futuro de todos os projectos em que a fundação está envolvida”, afirmou a mesma fonte. “É preciso dizer, no entanto, que o portal não foi chumbado, está apenas sus-



penso. A nova administração fará a avaliação que quiser e agirá de acordo com essa avaliação. Também é preciso dizer que esta fundação é de direito privado, tem cerca de 90% de capitais privados e não tem qualquer apoio regular do Estado. Vive exclusivamente do seu portefólio financeiro, que tem hoje uma taxa de rendimento muitíssimo inferior à que tinha há dez anos.”

Criada em 1995 para valorizar os laços históricos entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa através de projectos centrados na cultura e na educação, a Fundação Portugal-África tem no BPI o seu principal pilar (este banco tem 47,7% do capital fundacional), embora tenha outras seis instituições financeiras entre os seus fundadores, assim





Data: 18.06.2020

Titulo: Investigadores temem fim do portal Memórias de África e do Oriente

Pub: **P**



Tipo: Jornal Nacional Diário

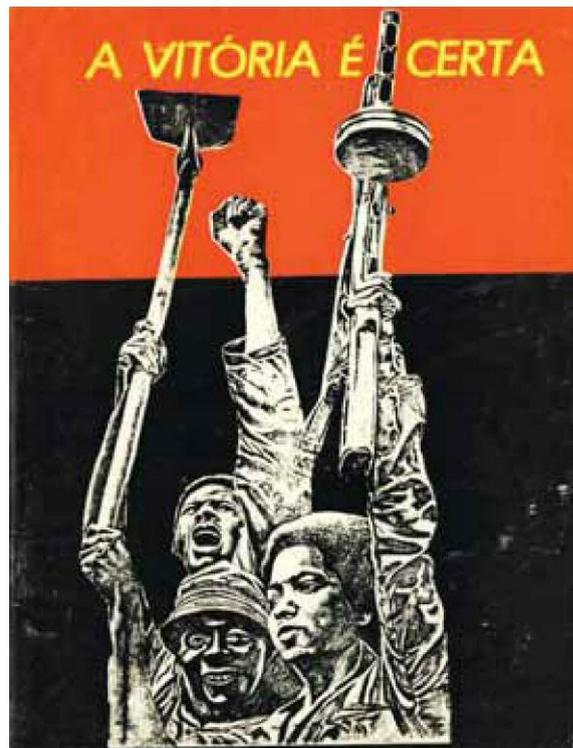
Secção: Destaque

Pág: 1;28;29

FOTOS: CORTES A UNIVERSIDADE DE AVEIRO/VEJUNGAÇÃO PORTUGAL/ÁFRICA



Da esq. para a dir.: viagem presidencial às colónias de Cabo Verde, São Tomé, Moçambique e Angola; colecções do Boletim da Agência Geral das Colónias/ do Ultramar, publicação de propaganda colonial; peça de teatro em São Tomé e Príncipe, 1975



Área: 1326cm² / 47%

FOTO Tiragem: 72.253

Cores: 4 Cores

ID: 66872728

“A sua estagnação deixará o portal incompleto no que respeita à tradição de estudos sobre o colonialismo português”

Pedro Cardim
Investigador

como universidades e centros de investigação, institutos estatais, as autarquias de Lisboa e Porto e mais de 20 empresas, entre elas a Galp, a Cimpor e a EDP.

“Neste momento, temos 6500 registos prontos a serem submetidos na base de dados, contanto que possamos pagar a quem os preparou”, continua Carlos Sangreman.

Difícil de substituir

Ao proporcionar uma pesquisa centralizada à documentação existente, dispersa por bibliotecas e arquivos de vários países, e a um enorme volume de espécies digitalizadas, este portal torna mais rápido o acesso dos investigadores à informação.

“Esta pandemia, com o encerramento de arquivos e bibliotecas por meses, tornou o acesso a tais conteúdos ainda mais relevante, eu diria mesmo que urgente”, sublinha o director do Instituto de História Contemporânea da Nova. “Estas fontes digitais permitiam que estudantes de licenciatura e mestrado pudessem realizar não apenas trabalhos de síntese bibliográfica, mas também de análise e interpretação de fontes históricas. Já para não falar dos estudantes e investigadores que noutras países se habituaram a valorizar este portal de acesso livre.”

Francisco Bethencourt, historiador e autor de *Racismos. Das Cruzadas ao Século XX* (2015), está entre os investigadores a trabalhar no estrangeiro que consultam o *Memórias de África e do Oriente*. Assinou a carta “por solidariedade” e porque, embora não seja dos mais assíduos, é utilizador. Professor do King’s College de Lon-

dres, Bethencourt reconhece que o portal tem “boas indicações bibliográficas” e textos e imagens cuja utilidade é reforçada pelo facto de “a digitalização de fontes, sobretudo contemporâneas, não estar suficientemente difundida em Portugal”.

Cláudia Castelo, da Universidade de Coimbra, e Pedro Cardim, professor da Universidade Nova e investigador do seu Centro de Humanidades, estão entre os utilizadores frequentes que assinaram a carta dirigida à presidente da Fundação Portugal-África.

“Há trabalhos académicos e artigos científicos de qualidade realizados fora de Portugal cujo material empírico terá sido em parte consultado no portal”, diz Castelo, investigadora que se tem ocupado, sobretudo, da história do imperialismo e do colonialismo nos séculos XIX e XX, em particular a que envolve a circulação do conhecimento científico nos territórios sob administração portuguesa.

Usa o portal há 20 anos para pesquisar na base de dados bibliográfica que agrega os registos de catálogos de diversas instituições e para consultar publicações periódicas, como o *Boletim Geral das Colónias/do Ultramar*, e colecções da Junta de Investigações do Ultramar, que são disponibilizadas na biblioteca digital.

“Será grave se o portal deixar de existir. Os objetivos do projecto são, de acordo com o que se pode ler no portal, fomentar a cooperação entre os países da lusofonia em geral. Esta conversa torna-se vã se o projecto não continuar a disponibilizar de forma universal, livre e gratuita os registos bibliográficos que recolheu e as publicações que digitalizou”, diz a investi-

gadora, acrescentando que “seria também uma lástima se deixasse de ser actualizado com novos registos das instituições parceiras e de novas entidades (havia a promessa de recolher registos em todos os países africanos de língua portuguesa) e dando continuidade à digitalização de publicações periódicas e colecções raras e/ou muito procuradas, de preferência melhorando o serviço, corrigindo falhas, gerando cópias em PDF e incluindo o reconhecimento óptico de caracteres”, sugere.

Pedro Cardim, que se especializou na história do colonialismo na época moderna, recorre ao portal há uma década e procura nele sobretudo informação bibliográfica sobre os séculos XVI a XVIII.

“O portal reúne tanto as obras mais clássicas quanto os estudos mais recentes. Mantê-lo actualizado é, por isso, imprescindível”, defende Cardim, co-autor de *Afonso VI* (Círculo de Leitores, 2006). Para este investigador, o facto de o portal estar orientado para o passado colonial de Portugal torna-o difícil de substituir por outras ferramentas de pesquisa *online*. “A sua estagnação deixará o portal incompleto no que respeita à tradição de estudos sobre o colonialismo português, e desactualizado relativamente à produção científica mais recente sobre este tema. Numa altura em que os estudos sobre o passado colonial de Portugal estão a abrir-se de uma forma mais sistemática aos principais debates internacionais sobre o colonialismo europeu e o pós-colonialismo, a estagnação deste portal produz efeitos muito negativos.”

lcanelas@publico.pt

